SINDICAL

Boletim 04/2015

site: www.sindical.org.br - email: sindical@sindical.org.br

Ano XXII – 14/04/2015

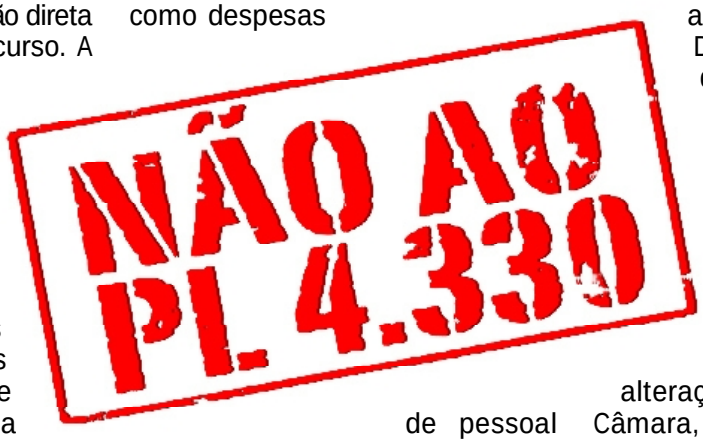
Informativo do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do DF

Terceirização interessa ao patrão

Hoje (14/04), o Plenário da Câmara dos Deputados deve realizar a apreciação e votação dos destaques apresentados ao Projeto de Lei 4330/2004 que legaliza as terceirizações em qualquer das atividades das empresas privadas ou publicas (o texto não usa os termos atividade fim ou atividade meio). O substitutivo ao projeto, aprovado em sessão realizada na noite do dia 08 de abril, legaliza a contratação direta de mão de obra, sem concurso. A aprovação do projeto representará um grande retrocesso nas relações trabalhistas no Brasil.

Caso o PL 4330/04 seja aprovado os trabalhadores perderão direitos e garantias historicamente conquistados. Os maiores beneficiados serão os empresários que farão uso de mão de obra barata para garantir baixos custos de produção, aumentando as possibilidades de exploração do trabalhador e de novas formas de trabalho escravo. A terceirização no setor público será liberada e terá, como consequência, extinção, do concurso público e do serviço público como é conhecido hoje. Categorias inteiras podem, ao longo do tempo, ser extintas e substituídas por empresas terceirizadas.

Para o sindicato, a aprovação do PL 4330/04 também abre as portas para o desrespeito à Lei de Reponsabilidade Fiscal – que limita gastos com pessoal – uma vez que as despesas com terceirização de serviços não são contabilizadas como despesas de pessoal (art.18, § 1º, Lei Complementar 101/2000-LRF). Atualmente, a terceirização no serviço público está limitada, conforme o enunciado nº 331 do TST, aos serviços de vigilância, conservação e limpeza. É fato que boa parte dos governos, sejam estaduais, municipais e federal, adotam a prática da terceirização como forma de burlar a LRF, por encontrarem-se com dificuldades de enquadramento à referida lei.



Dos 324 votos favoráveis ao PL-4330/04, 164 partiram de integrantes da bancada empresarial da Câmara. O bloco, que tem como pauta e defesa do chamado setor produtivo, representa a maior bancada, com 221 deputados, de acordo com dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Dos 7 votos da bancada do Distrito Federal, apenas um foi contrário à terceirização. (veja quadro).

Encerrada a fase na Câmara dos Deputados, o projeto de lei segue para tramitação no Senado. E caso haja alguma alteração no texto, ele volta à Câmara, para nova apreciação, seguindo para sanção ou veto presidencial.

O Sindical reafirma o seu compromisso com o concurso público na qualificação dos seus servidores para que possam prestar bons serviços à sociedade e contra a precarização das relações trabalhistas.

Parlamentar	Voto
Alberto Fraga (DEM)	Sim
Augusto Carvalho (Solidariedade)	Sim
Erika Kokay (PT)	Não
Izalci (PSDB)	Sim
Laerte Bessa (PR)	
Rogério Rosso (PSD)	Sim
Ronaldo Fonseca (PROS)	Sim
Roney Nemer (PMDB)	Sim

Orientação de votação ao PL 4330/2004			
PMDB PP PTB PSC PSH PEN	Sim	PDT	Sim
PT	Não	Solidariedade	Sim
PSDB	Sim	PCdoB	Não
PRB PTN PMN PRP PSDC PRTB PPTC PSL PTdoB	Liberado	PROS	Liberado
		PPS	Sim
PSD	Sim	PV	Sim
PR	Sim	PSOL	Não
PSB	Sim	Minoria	Sim
DEM	Sim	Gov	Não

Câmara defende PCCR dos servidores da Saúde

Revisão do plano de carreira e reclassificação profissional foram os temas tratados pela presidência da CLDF em audiência publica realizada no dia 30 de março no plenário da Casa. Na ocasião, dezenas de servidores que ocupam o cargo de Auxiliares Operacionais de Serviços Diversos na Secretaria de Saúde afirmaram ser vitimas de discriminação por fazerem parte de uma categoria extinta pelo governo do Distrito Federal. Os servidores reclamam da prática de desvio de função sofrida por servidores que fizeram concurso de nível básico que estariam exercendo funções de nível médio.

A deputada Celina Leão apoiou a reivindicação da categoria e anunciou, ao final da audiência, que iria marcar um encontro com o governador Rodrigo Rollemberg para negociar o atendimento das demandas. “Acredito que a luta pela reclassificação será vitoriosa” afirmou a presidente da CLDF, que argumentou, ainda, que os servidores não podem continuar sendo tratados como “invisíveis”.

O Sindical apoia a atitude da direção da Casa e lembra que dentro da própria CLDF, servidores sofrem a mesma situação. São assistentes e auxiliares legislativos que fizeram concurso para nível básico, que tiveram suas categorias extintas e hoje exercem função de nível médio. Aguardamos o retorno da presidente, Celina Leão, para que se inicie o processo de negociação do PCCR dos servidores da CLDF e que ela tenha a mesma compreensão e disposição que teve com os servidores da Saúde.

Foto: Silvio Abdon/CLDF

Saúde: servidores querem reclassificação profissional.

No dia 26 de março, foi realizada Assembleia Geral Ordinária de Prestação de Contas do Sindical. Conselho Fiscal emitiu parecer favorável às contas do Sindical referentes ao ano de 2014, que foram aprovadas sem ressalvas.

Foto: Ana Paula Alves

SINDICAL - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal. **Diretoria:** Josimar Oliveira – **Presidente**; Moacyr Martins Amaral Filho – **Diretor Secretário**; Tânia Maria da Silva Oliveira - **Diretora de Administração;** Marcio Roberto Mendes Batista - **Diretor de Assuntos Jurídicos**; Haroldo Alois Barth - **Diretor de Finanças**; Pedro Inácio da Silva - **Diretor de Comunicação Social;** Maria Deusa Cavalcante - **Diretora de Formação Sindical;** Maria do Amparo Pereira de Araujo - **Diretora de Assuntos Econômicos. Telefone: 3347 8400.**